

Boletim

CR/RR

MARÇO/2019



AGENDA

APEOESP

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher

12

Reunião Ord.} de RRs

14

Manifestação "Justiça para Marielle"

22

- Reunião Extr. do CER
- Assembleia Estadual
- Ato Unificado da Classe Trabalhadora contra a Reforma da Previdência e em defesa de uma escola sem censura

29

Reunião do CNE/ CNTE

CUT

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher: Ato Unificado em São Paulo

20 a 23

Caravana das Mulheres} para Vigília Lula Livre, em Curitiba

22

Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência e Seguridade Social

CNTE

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher

21

Dia Internacional} contra a Discriminação Racial

26

Reunião da Direção da CNTE

27 e 28

Seminário Org. e Financiamento Sindical/ Coletivo de Formação

29

Reunião do CNE – Conselho Nacional de Entidades

I. Conjuntura

Iniciamos o ano letivo de 2019 com Governos ultraliberais em nível federal e estadual. Jair Bolsonaro (PSL) e João Doria (PSDB), eleitos com uma plataforma voltada para a redução de gastos sociais, das políticas públicas e do desmonte do Estado, por meio do corte de verbas para diferentes áreas, privatizações, terceirizações e ausência de políticas que direcionem a economia para o desenvolvimento nacional e estadual, geração de empregos, distribuição de renda, justiça social.

Essa política se evidencia de forma cabal na reforma da Previdência (PEC 6/2019), que a APEOESP analisa em panfleto próprio, encaminhada às sedes e que segue anexo. Uma cartilha mais detalhada também está sendo elaborada.

A PEC 6/2019 não reforma a Previdência. Ela acaba com o direito à aposentadoria e destrói o conceito de seguridade social, uma conquista da sociedade brasileira, e retira toda e qualquer proteção da previdência social dos mais pobres, porque a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão alterá-la à vontade por meio de lei complementar. Ou seja, bastará maioria simples nos parlamentos para retirar mais e mais direitos e, no limite, tornar inviáveis os sistemas públicos de previdência.

Na verdade, o que tenta fazer o governo ultraliberal de Bolsonaro e Paulo Guedes é jogar sobre as costas da classe trabalhadora um ajuste fiscal que não onera as camadas privilegiadas da população e, pelo contrário, beneficia empresários e banqueiros. Enquanto fala em

“economizar” R\$ 1 trilhão em dez anos, o Governo criou legislação para isentar do Imposto de Renda as petrolíferas multinacionais que estão levando para fora nossas riquezas. Valor da benesse: R\$ 1 trilhão. É assim que funciona: retira dos pobres para beneficiar a elite nacional e estrangeira.

O Governo Bolsonaro, portanto, inverte a função do Estado brasileiro. Em vez de proteger os mais pobres, descaradamente trabalha para os mais ricos. Essa é a lógica da reforma da previdência (PEC 6/2019):

- Acabar com a seguridade social.
- Retirar a matéria previdenciária da Constituição.
- Facilitar novas alterações por meio de leis complementares.
- Manter as pessoas trabalhando por muito mais tempo, com redução dos valores das aposentadorias. Os ingressantes a partir da promulgação da lei terão que trabalhar no mínimo até os 62 anos (mulher) e 65 anos (homens), com contribuição mínima de 20 anos, para terem apenas 60% de seus salários.

Para se aposentarem com salário integral até o teto do INSS (hoje de R\$ 5.839,45) o trabalhador terá que contribuir pelo menos por 40 anos. Que trabalhador pode ter garantia de empregabilidade durante 40 anos? Essa reforma significa o fim do direito à aposentadoria para a grande maioria da população.

- Alterar o sistema atual (contributivo e solidário, onde Estado, empresas e trabalhadores con-

tribuem com suas cotas-parte e o valor dos proventos é previamente conhecido) para um sistema de capitalização individual, podendo as empresas serem, por lei complementar, dispensadas de recolher sua cota-parte. Ou seja, o trabalhador terá que arcar sozinho com sua própria aposentadoria. Como fazê-lo, com os baixos salários e as altas taxas de desemprego?

É importante dizer que no regime de capitalização, as contas individuais são administradas por bancos e agências privadas, que decidem onde e como aplicar os recursos do trabalhador. Ou seja, o trabalhador não saberá se, no final, terá rendimentos ou prejuízos e poderá receber valores irrisórios quando se aposentar.

- Eliminar direitos do funcionalismo público, buscando passar à opinião pública a falsa ideia de que somos privilegiados e culpados por supostos deficits da Previdência Social. É preciso que sejamos capazes de mostrar à população que a enorme maioria dos servidores públicos recebe baixos salários, que nem chegam perto dos grupos realmente privilegiados, como juizes, promotores, procuradores, políticos e outros estratos do Estado que recebem altos valores.

Em nosso caso, os professores, assim como alguns outros segmentos da classe trabalhadora, a redução de cinco anos em relação à idade mínima não significa privilégio algum, mas

um direito derivado do fato de exercermos uma profissão penosa e desgastante. No caso das professoras, ainda pior, porque como todas as mulheres elas exercem dupla e até tripla jornada de trabalho.

A pretexto de garantir igualdade (uma mentira), a reforma de Bolsonaro aprofunda a desigualdade e retira direitos. A PEC 6/2019 não ataca privilégios, mas a classe trabalhadora. Por isso, essa é a nossa luta prioritária nesse momento, junto com a luta por reajuste salarial, conforme abordaremos no tópico sobre campanhas.

Neste sentido, ganha importância vital nossa assembleia do dia 22/3, que será seguida do ato público unificado de todas as centrais sindicais e movimentos sociais contra a PEC 6/2019. Temos que parar todas as escolas e irmos com força para essa assembleia, para que possamos ser dezenas de milhares de professores em luta nas ruas.

Nas regiões, devemos convocar as demais entidades aos comitês de luta contra a reforma da Previdência, panfletar, levar informações à população e às escolas, realizar aulas públicas, encontros, debates e todas as formas possíveis de mobilização contra esse ataque frontal aos nossos direitos.

Em 12/3, data da reunião de RE, os representantes das subsedes da Capital e Grande São Paulo devem vir ao auditório da APEOESP para participarem da webconferência sobre a reforma da Previdência com o ex-Ministro Carlos Gabas, às 16h30. As demais devem colocar telões para que os RE/RA possam participar, pois perguntas poderão ser encaminhadas.

Conforme deliberação do CER, em 13/12/18 e em 20/2/2019, no dia 26/3 a Presidenta da APEOESP,

professora Bebel, levará ao Conselho de Entidades e à direção da CNTE a proposta de uma greve nacional dos trabalhadores em educação contra a reforma da Previdência e por valorização profissional, etapa preparatória para uma greve geral de toda a classe trabalhadora, com a qual parte das centrais sindicais e movimentos sociais já está de acordo.

No caso da educação pública, o Ministro da Educação de Bolsonaro iniciou o ano enviando orientação às escolas de todo país para, após perfilarem diariamente todos(as) os(as) estudantes, os obrigarem a cantar o hino nacional e fazerem leitura do slogan da campanha do Bolsonaro, sendo tudo isso registrado em vídeo e enviado ao Ministério da Educação (MEC).

A medida é tão descabida, pela sua ilegalidade e imoralidade, que provocou reações de todos os setores sociais, forçando o Ministro a recuar modificar parte da sua orientação, atribuindo-a a erro de assessoria. Ensinar o hino nacional é importante, mas devemos alertar que isso não pode ser utilizado como forma de manipular as crianças e os jovens com objetivos políticos partidários e sobretudo, associando-o a slogans eleitorais. Isso sim é Escola com Partido, com motivações de viés fascista.

O Ministro está sendo processado judicialmente e recuou, mas mesmo assim é importante que os professores e professoras façam esse debate com todos os nossos colegas e com os demais trabalhadores em educação, pais e estudantes, demonstrando a ilegalidade desta ação e seus objetivos políticos.

Temos que nos opor a essa e outras iniciativas de Bolsonaro no campo da educação, porque sabemos de suas intenções privatistas,

militaristas, de retirada dos direitos dos profissionais da educação, ensino a distância, ensino domiciliar, elitização do ensino superior e tantas outras que vão no sentido da destruição de todos os avanços conseguidos nos governos Lula e Dilma e mesmo antes.

No estado de São Paulo, os desafios não serão menores, com a continuidade da gestão tucana e a perspectivas negativas para a escola pública e seus profissionais da educação. Os planos de Doria não estão muito claros, mas já iniciou o governo realizando privatização de rodovias e ampliação de pedágios e já anunciou que aumentará alíquotas da previdência. Também já se sabe que elabora planos de privatização de estatais e editou decreto que abre possibilidades de criminalização de qualquer movimento social, dificulta as manifestações reivindicatórias e desrespeita a Constituição Federal.

Para fazer frente a todos os possíveis ataques que virão, é fundamental fortalecer nossa organização. Temos que ampliar e aprofundar nossas alianças com os demais profissionais da educação, com nossos estudantes, com seus pais, as comunidades, as entidades da sociedade civil organizada, os movimentos sociais para resistirmos e podermos avançar. É preciso fortalecer nossa organização nas escolas e tornar nossas subsedes polos de mobilização não apenas da categoria, mas que também ajudem na mobilização dos demais trabalhadores, movimentos e da sociedade em cada região. Devemos eleger nossos(as) representantes de escola em todas as unidades escolares do estado, fortalecer os Conselhos de Escolas, participar dos Conselhos Municipais de Educação e outros fóruns

nos quais possamos contribuir para termos uma escola pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e uma sociedade melhor para todos e não apenas para uma elite.

O retrocesso ronda a América Latina

O avanço conservador na América Latina também se verifica em outras partes do mundo, como se pode constatar em países que vêm elegendo governos alinhados aos interesses dos Estados Unidos e dos grandes grupos econômicos internacionais, como na Polônia, Hungria, Ucrânia, Filipinas e outros. Na América Latina, sucedem-se governo com esse perfil, como é o caso da Argentina com o presidente Mauricio Macri, de Sebastián Piñera no Chile, Iván Duque na Colômbia, Mario Abdo Benitez no Paraguai, Martin Vizcarra no Peru, Jimmy Morales na Guatemala e Jair Bolsonaro no Brasil.

É neste cenário que se enquadra o risco de intervenção militar na Venezuela por parte dos Estados Unidos, com o apoio de governos da região alinhados com seu ideário ultraliberal.

Vale lembrar que a Venezuela possui uma das maiores reservas, senão a maior, de petróleo do mun-

do e que o controle sobre essas reservas, hoje sob controle do Estado venezuelano, baratearia em muito o custo, tendo em vista a proximidade geográfica com os Estados Unidos.

Um dos argumentos utilizados pelos opositores do governo de Nicolás Maduro é a de que ele não teria respaldo popular. Porém, ele foi eleito pela maioria dos eleitores votantes e cabe somente ao povo venezuelano a soberania sobre seus destinos. Portanto, quaisquer decisões sobre o rumo que a Venezuela deve tomar não podem ser tomada por outros países. Abrir mão desta premissa é colocar em risco, inclusive, a soberania de outros países, como o Brasil.

O fato é que falhou a tentativa de dar xeque mate no governo de Maduro. A tentativa de introjetar no território da Venezuela "ajuda humanitária" foi rechaçada pelo Estado venezuelano e o governo demonstrou ter apoio popular suficiente. O que levou o chamado Grupo de Lima (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru) a emitir uma nota em que afirma que não haverá solução de força para a crise na Venezuela.

Na reunião do CER do dia 20/2, a APEOESP aprovou uma nota de

solidariedade ao povo venezuelano, contra o intervencionismo imperialista dos Estados Unidos e em defesa da soberania da Venezuela para resolver seus problemas.

Em defesa da democracia, Lula livre!

No momento em que esse boletim está sendo escrito, somos impactados pela notícia da morte do neto de 7 anos do ex-Presidente Lula, Arthur. Mais uma grande dor para Lula, preso político que cumpre penas por crimes que não cometeu. Lula é refém do Estado policial de Moro/Bolsonaro e precisa ser defendido por todos nós, por toda a esquerda e por todos os democratas, porque representa a luta de todo o povo por melhores condições de vida e pelo desenvolvimento do país.

No momento em que está sendo escrito esse boletim, não se sabe se Lula requereu comparecer ao velório e se seus direitos, dessa vez, serão respeitados.

O importante é que a APEOESP continue sendo consequente com a deliberação que tomou em diferentes instâncias de decisão e se mantenha firme na luta pela libertação de Lula, pois Lula Livre não é uma simples palavra de ordem, mas uma causa de todos nós.

II. Campanhas

a) Reajuste salarial já!

Ao lado da nossa campanha prioritária em defesa da aposentadoria, também é prioridade a luta por reajuste salarial.

No dia 26/2 as entidades do magistério (APAMPESP, APASE,

APEOESP, CPP, UDEMO) se reuniram na sede central da APEOESP e assumiram a pauta proposta pelo nosso sindicato, definida no CER do dia 20/3. Qual seja:

- Pagamento do reajuste de 10,15%
- Reajuste de 4,17% - índice do

piso salarial profissional nacional de 2019

- Perfazendo 10,54% de reajuste, na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Estadual de Educação: equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior.

Essas reivindicações foram apresentadas ao Secretário da Educação em reunião conjunta ocorrida no dia 27/2. Na ocasião, reafirmando o que já havia dito à APEOESP no dia 10/1, quando com ele nos reunimos, o Secretário afirmou que está trabalhando junto às áreas econômicas do Governo (Fazenda e Planejamento), que considera as reivindicações salariais justas, mas que aguarda o posicionamento das áreas técnicas para levar a questão ao Governador.

No entanto, não vamos ficar esperando. As reuniões de Representantes de Escolas e de Aposentados devem debater propostas para a nossa mobilização, de forma a pressionar o Governo pelo atendimento das reivindicações.

b) Fechem suas escolas para uma grande assembleia no dia 22/3

Como já dissemos, é fundamental que a assembleia do dia 22/3 reúna milhares de professores, para demonstrarmos ao Governo do Estado, para toda a sociedade e para o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), que estamos dispostos a ir às últimas consequências para recebermos o que é nosso direito, matéria pacificada pelo STF que os governos Alckmin, Márcio França e, agora, Doria, até o momento, se recusaram a cumprir.

Temos que ter unidade total nessa luta. Ela é de todos e todas. Por isso, em cada escola, os representantes devem reunir os professores e as professoras mais atuantes para trabalharem desde já no convencimento de todos os colegas; é preciso fechar todas as escolas e virem em caravanas para

a assembleia estadual - dia 22/3, às 14 horas, na Praça da República.

c) Regulamentação dos novos níveis e faixas da carreira

Continuaremos a luta pelas demais reivindicações, mas deve ser destacada, como pauta comum, a efetivação dos avanços já debatidos quanto à regulamentação dos três novos níveis e faixas da carreira do magistério, que foram criados em 2011, mas até o momento não concretizados, pois não foi concluído o trabalho de regulamentação e operacionalização dos novos mecanismos de evolução funcional pela via não acadêmica e progressão (Memorial do Professor).

d) Revogação da Resolução SE 1/2019

Prosseguimos na luta também pela revogação da Resolução SE 1/2019. Para tanto, a APEOESP ingressou com ação civil pública.

Tem que ficar claro que o processo educativo nas escolas não se resume à importantíssima tarefa de ministrar aulas. Promover a paz nas escolas, reduzir os índices de violência, assegurar espaços para o diálogo entre os estudantes e destes com os professores é um trabalho que permite que o processo ensino-aprendizagem possa se desenvolver de forma plena. Então, não podemos aceitar que a Secretaria da Educação trate o programa de mediação escolar e comunitária como uma coisa secundária e supérflua. Somente quem não conhece o cotidiano das nossas escolas pode considerar que o grave problema da violência possa se resolver por si mesmo ou

que será combatido por "todos", sem que se atribua a profissionais designados para essa tarefa (professores e não professores) realizar esse trabalho, que tem que ser paciente e qualificado.

Também não podemos aceitar o esvaziamento do programa Escola da Família. Certamente esse programa tem limitações e defeitos, mas ele vem permitindo, hoje existe e funciona, a aproximação entre a escola e a comunidade. Em vez de retirar os profissionais que ali atuam, esse programa deve aperfeiçoado e ampliado, para que produza resultados mais palpáveis e benéficos, em primeiro lugar para as escolas e comunidades e para a rede estadual de ensino de forma geral.

e) Abertura/reabertura e desmembramento de classes.

Outra luta muitíssimo importante e que tem relação imediata com a qualidade do ensino é a questão do fechamento e superlotação de classes.

Nós lutamos pelo número máximo de 25 estudantes por classe em todos os níveis. Nesse momento essa luta se traduz pelo estancamento do fechamento de classes. Apenas 20 subsedes até o momento responderam nossa pergunta sobre fechamentos de classes em suas regiões. Entretanto, já temos o registro de 417 classes que foram fechadas. Uma projeção simples mostra que esse número final poderia ser algo em torno de 1.200 a 1.500 classes fechadas, o que significa que, de 2015 para 2019, poderíamos ter um total de mais de 10 mil classes fechadas.

Ao mesmo tempo, há um grande número de classes superlotadas, muito acima do módulo definido

pela própria Secretaria da Educação. E nada é feito para corrigir essa situação.

Reiteramos, portanto, que a luta contra o fechamento e superlotação de classes, pela reabertura de classes fechadas e pelo desdobramento de classes superlotadas devem ser encaminhada em conjunto com as comunidades. Também devemos lutar junto com a comunidade pela abertura de novas classes, pois há um grande contingente de jovens e adultos que não conseguiram estudar na idade própria. Para citar um exemplo, a subsede de Ribeirão Pires lutou e conseguiu, mais uma vez, a abertura de classes de EJA. Há outras subsedes que estão nessa luta e a APEOESP tem encaminhado esses pleitos para a Secretaria Estadual da Educação. Temos que prosseguir ajudando a organizar as demandas nas regiões para levá-las ao Secretário da Educação, pressionando para que sejam atendidas.

As subsedes que ainda não enviaram a informação sobre fechamento de salas devem comunicar a sede central pelo e-mail presiden@apeoesp.org.br o mais rápido possível.

f) Derrotamos a Lei Complementar 1093/2009. Queremos concursos públicos

Outro aspecto diz respeito à contratação de professores. Vem havendo a redução paulatina de professores na rede, em parte pela superlotação já apontada, em parte porque a SEE não vem permitindo aos professores compor suas jornadas da maneira que melhor os atende (impedindo, por exemplo, a jornada reduzida) e, de outro lado, porque há um contingente de

estudantes que simplesmente fica sem professores, se os docentes da região não conseguem se encaixar nos modelos que a SEE apresenta.

Ao mesmo tempo, como todos sabem, nossa luta desde 2009 pelo fim da contratação de professores temporários (categoria O) conforme estabelecido pela lei complementar 1093/2009 deu resultado: o Tribunal de Justiça considerou inconstitucional o artigo 1º da LC 1093, inviabilizando a contratação na forma atual.

Desta forma, nossa luta se desdobra:

- Queremos a convocação Professores de Educação Básica II (PEB II) aprovados no concurso de 2013 e não convocados para preencher 15 mil vagas previstas no edital e não ocupadas.
- Concursos públicos para PEB I e PEB II, classificatórios e de âmbito estadual.
- Nova lei para contratação de professores temporários que cumpra o que determina a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação, ou seja, com direitos equivalentes aos professores efetivos.

Nossa luta por qualidade da educação, portanto, tem facetas variadas, porque ela se articula com a luta permanente do nosso

syndicato pela valorização profissional e salarial, pela carreira, pela gestão democrática, formação e financiamento da educação.

Encaminhamentos:

8/3 – Dia Internacional da Mulher – a força das mulheres unidas contra a reforma da Previdência – atividades nas regiões e participação no ato estadual na capital (para as subsedes num raio de 150 km a 200 km).

12/3 – Reuniões de RE/RA e web-conferência sobre a reforma da Previdência.

As subsedes devem se articular com os movimentos sociais para reunir os fóruns regionais de luta contra a reforma da Previdência.

14/3 – Participar das manifestações Justiça para Marielle.

22/3 – 15 horas - assembleia estadual, seguida de ato unificado da classe trabalhadora contra a reforma da Previdência e em defesa de uma escola sem censura.

26/3 – Levar à direção da CNTE proposta de greve nacional dos trabalhadores em educação e de greve geral dos trabalhadores contra a reforma da Previdência.



Boletim

CR/RR

MARÇO/2019



Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Sílvio de Souza
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de Moraes Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

expediente

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Stenio Matheus de Moraes Lima
Leandro Alves Oliveira
Sílvio de Sousa
Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo
Fláudio Azevedo Limas
Miguel Noel Meirelles
Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2017/2020

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidenta: Maria Izabel Azevedo Noronha; Vice Presidente: Fábio Santos de Moraes; Secretário Geral: Leandro Alves Oliveira; Secretário Geral Adjunto: Sílvio de Souza; Secretário de Finanças: Fláudio Azevedo Limas; Secretário de Finanças Adjunto: Miguel Noel Meirelles; Secretário de Administração: Odimar Silva; Secretária de Administração Adjunta: Maria José Carvalho Cunha; Secretária de Patrimônio: Tereza Cristina Moreira da Silva; Secretário de Patrimônio Adjunto: Luiz Gonzaga José; Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais: Francisca Pereira da Rocha Seixas; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto: Ezio Expedito Ferreira Lima; Secretário de Comunicações: José Roberto Guido Pereira; Secretário de Comunicações Adjunto: Stenio Matheus de Moraes Lima; Secretária de Formação: Zenaide Honório; Secretário de Formação Adjunto: Paulo José das Neves; Secretário de Política Sindical: Moacyr Américo da Silva; Secretária de Política Sindical Adjunta: Ozani Martiniano de Souza; Secretário de Legislação e Defesa dos Associados: Francisco de Assis Ferreira; Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta: Paula Cristina Oliveira Penha; Secretária de Políticas Sociais: Rita de Cássia Cardoso; Secretário de Políticas Sociais Adjunto: Richard Araújo; Secretária para Assuntos do Aposentado: Floripes Ingracia Borioli Godinho; Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta: Ana Lucia Ferreira; Secretária para Assuntos da Mulher: Suely Fátima de Oliveira; Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta: Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Secretária para Assuntos Municipais: Nilceia Fleury Victorino; Secretário para Assuntos Municipais Adjunto: Tales Amaro Ferreira; Secretária Geral de Organização: Cilene Maria Obici; Secretário de Organização da Capital: Fábio Santos Silva; Secretário de Organização da Grande São Paulo: João Luis Dias Zafalão; Secretária de Organização do Interior: Maria de Lourdes Rafael e Souza; Secretária de Organização do Interior: Sonia Maria Maciel; Secretário de Organização do Interior: Jorge Leonardo Paz; Secretário de Organização do Interior: Sérgio Martins da Cunha

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correia; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Lúcia Viana; Ana Paula Cordeiro Santos; Anatalina Lourenço da Silva; Andreia Oliveira de Souza Soares; Antônio do Vale; Antonio Gandini Junior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Lima; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cauê Vieira Campos; Claudia Cristina Alves de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Luiz Alves de Santana; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliane Aparecida Garcia; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Felipe Brilhante Maropo; Flávia Bischain Rosa; Geraldo Cesar Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; João Batista Silva dos Santos; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; Jose de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antonio Nunes da Horta; Luiz Claudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Mara Cristina de Almeida; Marcella de Campos Costa; Marcos César Luiz Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Pires; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberta Maria Teixeira de Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronald Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vanessa Silva Ruta; Vania Pereira da Silva; Vera Lucia Zimmerberger; Walmir Siqueira; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli